

Artigo Original

Audiodescrição: Acessibilidade para Cursos EaD

Audio description: Accessibili for EaD Courses

Audiodescripción: Accesibilidad para Cursos EaD

Brisa Teixeira de Oliveira¹, Andreza Regina Lopes da Silva²

Resumo

Considerando a importância dos recursos educacionais para a formação na modalidade a distância, questiona-se: Como torná-los acessíveis para pessoas com deficiência visual? Com base nessa problemática, o objetivo neste artigo é apresentar um conjunto de diretrizes para recursos educacionais comumente utilizados na modalidade a distância, de modo que estes sejam acessíveis às pessoas com deficiência visual. Para atender esse objetivo, os procedimentos metodológicos utilizados para esta pesquisa teórico-prática foi a busca exploratória e descritiva da literatura sob a abordagem qualitativa intersectada ao estudo de caso do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico Andreza Lopes. Como resultados, definiu-se um conjunto de diretrizes acessíveis, a partir do conceito e prática da audiodescrição, para orientar o desenvolvimento de diferentes recursos educacionais comumente utilizados em cursos EaD. Apesar de o resultado emergir de um estudo de caso, considera-se que tais diretrizes podem ser aplicadas a outras instituições, ampliando a oferta de cursos para pessoas com deficiência visual, potencializando o compromisso de incluir maior número de

^{1 2} Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima – Florianópolis – SC – Brasil.

indivíduos que buscam o desenvolvimento continuado na sociedade atual, uma sociedade baseada no conhecimento.

Palavras-chave: Educação a Distância. Acessibilidade. Inclusão. Audiodescrição.

Abstract

Considering the importance of educational resources for distance learning, the question is: How to make it accessible for people with visual impairment? Based on this problem, the objective in this article is to present a set of guidelines for educational resources commonly used in the distance education so that they are accessible to the visually impaired. To meet this objective, the methodological procedures used for this theoretical-practical research were the exploratory and descriptive search of the literature under the qualitative approach intersected with the case of study of the Andreza Lopes Institute of Research and Academic Development. As a result, we defined a set of accessible guidelines, based on the concept and practice of audio description, to guide the development of different educational resources commonly used in the distance education. Although the result emerges from a case study, it is considered that such guidelines can be applied to other institutions, expanding the offer of courses for visually impaired people, enhancing the commitment to include more individuals who seek the continued development in society, a knowledge-based society.

Keywords: Distance education. Accessibility. Inclusion. Audio description.

RESUMEN

Considerando la importancia de los recursos educativos para la formación en la modalidad a distancia se cuestiona: ¿Cómo hacerlos accesibles para personas con discapacidad visual? Con base en esta problemática, el objetivo en este artículo es presentar un conjunto de directrices para recursos educativos comúnmente utilizados en la modalidad a distancia de modo que éstos sean accesibles a las personas

con discapacidad visual. Para atender este objetivo, los procedimientos metodológicos utilizados para esta investigación teórico-práctica fue la búsqueda exploratoria y descriptiva de la literatura bajo el abordaje cualitativo intersectado al estudio de caso del Instituto de Investigación y Desarrollo Académico Andreza Lopes. Como resultados, se definió un conjunto de directrices accesibles, a partir del concepto y práctica de la audiodescripción, para orientar el desarrollo de diferentes recursos educativos comúnmente utilizados en la modalidad a distancia. A pesar de que el resultado surge de un estudio de caso, se considera que estas directrices pueden aplicarse a otras instituciones, ampliando la oferta de cursos para personas con discapacidad visual, potenciando el compromiso de incluir mayor número de individuos que buscan el desarrollo continuado en sociedad actual, una sociedad basada en el conocimiento.

Palabras clave: Educación a distancia. Accesibilidad. Inclusión. Audiodescripción.

I. Introdução

Os cursos a distância podem ser compreendidos como sinônimo da democratização do ensino, vista a possibilidade de levar acesso à educação a todos de uma forma justa e igualitária. No entanto, percebe-se que as propostas de democratização ainda encontram barreiras de acessibilidade a pessoas com deficiência.

Nessa perspectiva, o objetivo neste artigo é apresentar um conjunto de diretrizes para orientar o desenvolvimento de recursos educacionais acessíveis, comuns na modalidade a distância, para atender as pessoas com deficiência visual (foco desse estudo). Para aproximar a teoria da prática, selecionou-se um estudo de caso, pois, segundo André e Lüdke (2013, p. 21), permite o pesquisador identificar elementos relevantes a partir de pressupostos teóricos. A seleção do objeto prático de análise ocorreu de forma intencional por fatores, como ser o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico Andreza Lopes (IPDAAL), que tem a missão de contribuir com o desenvolvimento humano por meio do aprimoramento de competências acadêmicas, para que estes se

tornem pesquisadores de excelência, fortalecendo o desenvolvimento e crescimento sustentável do país. A partir da missão, e considerando-se a visão da fundadora e CEO, percebeu-se o compromisso do IPDAAL em democratizar o conhecimento, potencializando a escolha deste como cenário de análise. O IPDAAL, que vem trabalhando com *coaching*, mentoria e terapias voltadas a acadêmicos, definiu, em seu planejamento estratégico de 2018, trabalhar, num futuro próximo, também com a oferta de cursos de formação e desenvolvimento. Já no primeiro momento deste planejamento, definiu-se que tal oferta seria na modalidade a distância, por considerar que esta atende um maior número de acadêmicos. E, visando a atender o eixo de acessibilidade que alicerça toda e qualquer instituição formadora, buscou parceria para organizar um conjunto de ações necessárias para que os cursos sejam acessíveis às pessoas com deficiências, inicialmente, contemplando, ao menos, os cegos e pessoas com baixa visão, por considerar-se o número representativo existente no Brasil.

Este contexto impulsionou as autoras, nos papéis de audiodescritora e fundadora-facilitadora do IPDAAL, respectivamente, a organizar um conjunto de diretrizes para o desenvolvimento de recursos educacionais acessíveis para as pessoas com deficiência visual. Para tanto, partiu-se de uma pesquisa teórico-prática, de abordagem qualitativa. O estudo teve início com a busca exploratória da literatura e de documentos relacionados à discussão. O resultado foi construído considerando os principais constructos deste estudo.

2. Trilha teórica: cursos ead acessíveis

Segundo o último levantamento divulgado pelo IIBGE em parceria com a OMS, 6,2% da população brasileira têm algum tipo de deficiência, sendo que a deficiência visual é a mais representativa, expressa em 3,6% dos brasileiros, que possuem cegueira total ou baixa visão. Isso representa 6,5 milhões de brasileiros com alguma deficiência visual, sendo 528.624 pessoas com cegueira total e 6.056.654 pessoas com baixa visão ou visão subnormal (IBGE, 2010).

Para atender essa parcela da população, assim como de outras

deficiências, como problemas motores (2,3%), intelectuais (1,4%) e auditivos (1,1%), segundo os dados do IBGE (2010), políticas e práticas educacionais devem ser ampliadas na oferta da educação para todos, visto que acessibilidade é um dos eixos essenciais em instituições de ensino, pois, mesmo com deficiência, o ser humano, em sua essência, é curioso e deve ter a oportunidade de descobrir o mundo, construir novos conhecimentos.

Frente a este cenário de acesso a todos, é que a EaD tem crescido a passos largos e tem ganho força de política educacional pública, com o desafio de promover a cidadania, devido à sua flexibilidade temporal e geográfica, o que permite a formação para muitos e de forma continuada, uma necessidade e realidade emergente da atual sociedade, uma sociedade baseada no conhecimento.

Para Moore e Kearsley (2007, p. 2), a EaD é o “aprendizado planejado [...], exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais”. E recentemente, o Decreto n. 9.057, de maio de 2017, reforça que a EaD é uma modalidade educacional na qual o processo de ensino e aprendizagem se desenvolve a partir da mediação didático-pedagógica por meio de tecnologias de informação e comunicação, integração de pessoal qualificado, reconhecimento das políticas de acesso, entre outros, de modo a atender o desenvolvimento a qualquer lugar em qualquer espaço. E, de acordo com o segundo artigo do referido decreto, a oferta desta modalidade deve observar as condições de acessibilidade tanto no que diz respeito à estrutura física quanto aos meios de comunicação com vista a democratizar a formação (BRASIL, 2017).

Falar de democratização da educação é discutir acessibilidade para incluir e, neste sentido, tem-se a Lei Brasileira de Inclusão, Lei n. 13.146, de julho de 2015, que traz em seu primeiro artigo o compromisso de “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. E, para fins de aplicação da

referida Lei, considera-se, de acordo com o artigo 3º, Inciso I, a acessibilidade como

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015)

O compromisso primordial da educação está no desenvolvimento pleno do educando com igualdade de oportunidade de acesso. Neste sentido, a acessibilidade faz referência as condições de uso, com segurança e autonomia, que garantem ao “estudante o acesso e liberdade de movimento, bem como a possibilidade de comunicação, as informações, portanto só existe acessibilidade quando todos conseguem atingir estes objetivos descritos” (SILVA et al., 2011, p. 1) .

Para as pessoas com deficiência visual, a acessibilidade se dá por meio da audiodescrição, definida por Motta e Romeu (2010, p. 11) como um “recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual [...] que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão social, cultural e escolar”. Para um dos precursores nos estudos na área, Snyder (2017, p. 50), a audiodescrição “faz com que as imagens no teatro, mídia e artes visuais sejam acessíveis para pessoas cegas ou com baixa visão” (2017, p. 50); e complementa: usando palavras sucintas, conhecidas e imagéticas “(por meio do uso de metáforas ou comparações), os audiodescritores transmitem o elemento visual que é ora inacessível ou apenas parcialmente acessível a um segmento da população” (SNYDER, 2017, p. 50).

Desta forma, a audiodescrição pode ser compreendida como uma modalidade de comunicação na qual parte-se de uma tradução audiovisual para dar visibilidade, a partir da promoção da informação visual, por meio de narração, às pessoas cegas, um trabalho de transposição

de imagens em palavras (RBTV, 2009; ARAUJO; ADERALDO, 2013). A partir desta discussão, destaca-se que ampliar a acessibilidade dos recursos educacionais na modalidade a distância conta com as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação digital. Importante destacar o que se entende para fins desta discussão como recurso educacional, com base na definição da Unesco, que traz este como “materiais de ensino, aprendizagem e pesquisa em qualquer suporte ou mídia”. Tais recursos podem ser livros, artigos, vídeos, *softwares* e outros materiais que apoiam o processo de construção do conhecimento do indivíduo.

Neste sentido, busca-se neste artigo destacar que a limitação, na maioria das vezes, está no desconhecimento sobre como produzir interfaces e materiais acessíveis. Afinal, como já alertava, na última década do século XX, Radabaugh (1993), para as **pessoas sem deficiência**, a tecnologia torna as coisas mais fáceis; para as **pessoas com deficiência**, a tecnologia torna as coisas possíveis. Por fim, destaca-se que o objeto de análise é acessibilidade por meio da audiodescrição; contudo, existem outras metodologias para promover a acessibilidade na educação, como, para os estudantes com surdez, que serão realizadas por meio de legendas descritivas e janelas da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

3. Diretrizes para desenvolvimento de recursos educacionais acessíveis

Uma série de orientações é necessária para desenvolver recursos educacionais que permitam a construção do conhecimento. Silva (2013) destaca quatro macrocategorias, a saber: forma, conteúdo, linguagem e atividade. Uma discussão que não se limita à modalidade educacional e nem ao tipo de recursos educacionais, uma vez que tais categorias colaboram para promoção do desenvolvimento por meio de uma ação ativa do aprendiz. Contudo, considerando o estudo de caso, analisado nesta pesquisa, e que os recursos educacionais em desenvolvimento estarão disponíveis no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), definido como Moodle, por ser um *software* livre e mundialmente reconhecido e aceito na EaD, entende-se que as possibilidades são infinitas, podendo colaborar para promover a acessibilidade em EaD mediada pela *web*.

A partir deste cenário, apresentam-se, nesta sessão, diretrizes para a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, a partir do recurso da audiodescrição, considerando os cursos *on-line* em desenvolvimento no IPDAAL, um instituto de pesquisa e desenvolvimento acadêmico que atende individualmente e em grupo aprendizes que querem conquistar segurança e autoconfiança para viver bem o seu papel de aprendiz. O IPDAAL foi fundado, oficialmente, em março de 2017, numa ação empreendedora da CEO, que soma vinte e cinco anos de experiência em desenvolvimento humano, impulsionado pela vivência de mestrado e doutorado que permitiram à fundadora e facilitadora trabalhar a construção de caminhos sólidos para o desenvolvimento das competências acadêmicas integradas ao bem-estar do indivíduo que assume o papel de eterno aprendiz. Um caminho que foi impulsionado por saberes teóricos e práticos relacionados à temática de pesquisa da pós-graduação e experiência profissional com “*design* educacional”, já que o foco desta área é o desenvolvimento de soluções de aprendizagem.

A partir da consulta documental do IPDAAL, como plano de negócio e planejamento estratégico, identificou-se que a visão organizacional é “Ser reconhecido nacionalmente, na avaliação de acadêmicos, pela excelência dos serviços prestados” e, para tanto, caminha à luz de cinco principais valores: ética, excelência, humanização, inovação e cientificidade. A partir desta concepção, a missão do IPDAAL é contribuir com o desenvolvimento integral de pessoas que buscam aprender continuamente de modo que possam viver bem este papel tão importante na sociedade contemporânea. Para auxiliar nesta jornada, o instituto trabalha com atendimento de *coaching*, mentoria e terapia: individual e em grupo; presencial e *on-line*. Além disso, dispõe de um planejamento de cursos a serem implementados em 2019, com temáticas relacionadas ao autodesenvolvimento e redação científica, como: *autocoaching*; elaboração de artigo; elaboração de projetos; procedimentos metodológicos, entre outros.

Considerando o compromisso do IPDAAL em ser acessível a muitos aprendizes, a fundadora e CEO da instituição buscou a parceria com um profissional na área de acessibilidade para desenvolvimento de cursos de formação livre, totalmente *on-line* e que também sejam acessíveis. O IPDAAL visa à oferta de cursos livres com média de duração de 40 horas, com certificação. Para atender com qualidade o desenvolvimento destes

cursos, de forma que sejam acessíveis a diferentes públicos, dentre eles também indivíduos cegos ou com baixa visão, esta discussão tomou por base publicações científicas e documentos vigentes, ampliando a solidez da prática pela cientificidade. A temática audiodescrição, como elemento de acessibilidade aplicado aos recursos educacionais, foi trabalhada a partir de diferentes visões, como as apresentadas por Snyder (2017), Naves et al. (2016), Brasil (2015), Motta (2010), entre outros, considerando e respeitando os princípios que norteiam eticamente a atuação do audiodescritor, como aponta (RBTV, 2009). A integração de constructos teóricos à prática, integrando a discussão de acessibilidade e educação a distância, foi a base das diretrizes sugeridas a seguir.

3.1. Diretrizes Gerais para aplicação da AD

Segundo Silva et al. (2011), um conjunto de diretrizes em prol da acessibilidade no contexto educacional contribui para que os recursos desenvolvidos atendam ao maior número de estudantes possível, ainda que com diferentes potencialidades e limitações. RBTV (2009) corrobora apontando que um conjunto de diretrizes para a audiodescrição reflete esta como elemento de acessibilidade a ser integrada a diferentes recursos, uma discussão que aparece com maior frequência na área cultural, e aqui neste estudo amplia-se para a concepção da aplicação para desenvolvimento de recursos educacionais para EaD acessíveis a pessoas com deficiência visual.

- A AD deve ser realizada por um audiodescritor e por um consultor em audiodescrição, ambos com formação técnica na área. O audiodescritor é responsável pela elaboração do roteiro do conteúdo e pela narração (aqui se pode ter a atividade realizada pelo mesmo profissional ou por dois profissionais distintos - um para roteiro e outro para narração). Já o consultor em audiodescrição é a pessoa com deficiência visual - cegueira total ou baixa visão - que irá acompanhar e aprovar o material audiodescrito.
- A AD deve ser desenvolvida de forma natural e, por isso, considera-se que o seu planejamento deve ser integrado já no início do projeto sem a necessidade de adaptação futura, como nova ação,

dos recursos educacionais elaborados. Para a elaboração da AD para recursos educacionais para cursos EaD, considera-se necessário que o audiodescritor integre a equipe multidisciplinar comum neste planejamento e desenvolvimento de cursos a distância. O audiodescritor interagirá diretamente com alguns profissionais desta equipe, como *design* educacional, roteirista, *designer gráfico*, *webdesigner*.

- Para um bom trabalho de AD, é preciso considerar o perfil do público, por exemplo, no caso de AD na educação, deve-se identificar a faixa etária, conhecimentos prévios, entre outros.

3.2. Diretrizes quanto à Linguagem

A linguagem é um dos principais parâmetros da AD e, juntamente com sua velocidade, regerá as demais ações envolvidas no processo de audiodescrever.

- Linguagem simples, objetiva, concisa, factual e direta. Linguagem com emoção, mas sem julgamentos ou opiniões.
- Fala apresentada a partir do uso do presente do indicativo e da voz ativa.
- Uso de palavras que sejam claras e específicas, de modo que o estudante cego ou com baixa visão consiga construir a imagem na sua mente o mais precisamente possível.
- Fala em estilo descritivo-narrativo, em terceira pessoa, para não gerar interferência na interpretação.
- Definição de todas as palavras ou expressões não comuns, em texto alternativo ou link, para glossário, por exemplo.
- Descrição de cores deve ser nomeada por se tratar de objeto de significado sociocultural, porque fazem parte de um sistema de códigos e símbolos reconhecido pelos cegos.
- Uso de artigos definidos/indefinidos e pontuações de forma adequada;

- Os advérbios e locuções adverbiais ajudam na descrição de uma ação, tornando-a mais clara e aproximada do possível;
- Usar presente do indicativo, pois torna o texto fluido e expressa o fato no momento em que ele ocorre.
- Quanto à narração da AD, deve ter fluidez e não ser monótona, sem vida. No entanto, deve-se ter atenção para ser uma narração neutra, para que o cego crie a sua emoção em vez de viver a emoção do audiodescritor.

3.3. Diretrizes para Videoaulas

- Os roteiros de AD precisam conter os seguintes elementos: tempos iniciais e finais das inserções da AD; as unidades descritivas, as deixas, ou seja, a última fala antes de entrar a AD, e as rubricas, que consistem nas instruções para o narrador da AD.
- A inserção da AD é feita dentro de uma marcação de tempo colocada preferencialmente entre os diálogos da aula, não sobrepondo a fala do professor.
- Elaboração de roteiro e preparação de narração pelo audiodescritor é fundamental e pode ser realizada individualmente, mas, para um resultado satisfatório, é importante o acompanhamento durante e pós-gravação para garantir a precisão das informações e evitar sobreposição de fala. Na hora de elaborar o roteiro de AD, é importante procurar responder às perguntas: Quando? Onde? Quem? O Que?
- Descrições curtas potencializam o processo de compreensão dos ouvintes, ampliando a sua aprendizagem.

3.4. Diretrizes para Textos

- O texto audiodescrito será narrado pela função de programas de leitura, denominados “conversores de texto em fala”; por isso, é fundamental que o texto esteja escrito corretamente, sem erros de

digitação, gramaticais, pontuação.

- Usar o Text Alt (texto alternativo) com o conteúdo da imagem, se for texto apresentado em imagem, ou botão de comando que permite descrição por áudio.
- Não usar arquivos escaneados, pois o sistema entende como imagem sem descrição; logo, o aluno não terá a leitura.

3.5. Diretrizes para imagens sem movimento

- fotos, desenhos, arte, etc.

- Começar a descrição das imagens do geral para o específico, seguindo uma ordem lógica: de cima para baixo.
- Evitar termos técnicos para descrição das imagens, como primeiro plano, fotografia em paisagem, luz indireta, plano americano, etc.
- Texto Alternativo pode ser o recurso para descrição da imagem em áudio equivalente ao da imagem.

3.6. Diretrizes para imagens em movimento - vídeos e animações

- Descrição textual do tema do filme ou animação.
- Transcrição da cena, considerando apenas do que é relevante para compreender o conteúdo.
- Descrição de cenário, personagem, entre outros elementos, só se forem necessários para o entendimento.

3.7. Diretrizes para Tabelas, Quadros e Gráficos

- Esses elementos devem ser convertidos em elementos simples, para descrever elementos como títulos, linhas, colunas, resultados, localização de variáveis, etc.

- Leitura linear, linha a linha.
- Descrição de *layout* para compreensão dos resultados apresentados. Resumo textual do objetivo do elemento descrito.

A partir destas diretrizes definidas, o desenvolvimento dos cursos do IPDAAL vem sendo realizado por meio de uma equipe multidisciplinar que conta com um profissional de audiodescrição, de modo a atender os principais pontos norteadores para o desenvolvimento de um curso acessível a pessoas cegas.

4. Considerações finais

A EaD constitui-se como proposta concreta para a democratização do ensino. Embora as pessoas com deficiência estejam amparadas pelas leis, percebe-se que, ainda assim, no Brasil, tem-se uma cultura incipiente quanto a práticas acessíveis. Buscando fortalecer esta cultura e vista a potencialidade da EaD para tal cenário, propôs-se aqui a organização de um conjunto de diretrizes, aplicadas enquanto projeto piloto, para a promoção de soluções educacionais acessíveis nos cursos livres do IPDAAL.

Estas diretrizes trazem uma proposta à prática de profissionais, pesquisadores, governo e sociedade como um todo, que consideram que é possível, por meio da EaD, chegar-se a qualquer tempo, espaço e ainda diferentes indivíduos em suas mais variadas realidades. Contudo, não se tem a intenção de limitar a construção de recursos educacionais que busquem promover a igualdade, dando oportunidade a todas as pessoas interessadas no seu aprimoramento acadêmico, independentemente das dificuldades físicas de cada aluno, a estas diretrizes. Logo, este artigo é também um convite à reflexão quanto ao mapeamento e definição de boas práticas a serem consideradas desde a concepção de um curso EaD, de modo que esta modalidade atenda à sua essência, que é intersectada pelo compromisso de atender a muitos. Esta discussão é emergente e necessária à sociedade do conhecimento; assim, é necessário dar continuidade nas pesquisas da área de audiodescrição como recurso de acessibilidade na formação e desenvolvimento de competências.

5. Referências

ARAÚJO, V. L. S.; ADERALDO, M. F. (Orgs.) *Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil*. Curitiba: CRV, 2013.

BRASIL. *Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. *Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm>. Acesso em: 20 abr. 2018.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficienciareduzido.pdf>> . Acesso em: 11 maio 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2013

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. *Educação a Distância: uma visão integrada*. São Paulo:Thompson Learning, 2007.

MOTTA, L. M. M. V.; ROMEU FILHO, P. *Audiodescrição: Transformando imagens em palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

NAVES, S. B. et al. (Org.) . *Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis*.

Brasília: Ministério da Cultura Secretaria do Audiovisual, 2016. Disponível em: <<https://grupoleaduece.blogspot.com.br/p/guia-para-producoes-audiovisuais.html>> Acesso em: 01 maio 2018.

RBTV. *Diretrizes para Áudio-descrição e Código de Conduta Profissional para áudio-descritores*. Audiodescription: coalition.org, 2009. Disponível em: <<http://www.associadosdainclusao.com.br/enades2016/sites/all/>>

themes/berry/documentos/12-uniao-em-prol-da-audio-descricao.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SILVA, A. R. L. da et al. Guia do estudante: um artefato para a acessibilidade na EaD. In: VIII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD), 2011, Ouro Preto. *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD)*, 2011.

SNYDER, J. *Construindo Imagens com Palavras - Manual de Treinamento abrangente e Guia sobre a História e Aplicações da Áudio-Descrição*. Tradução de Andrea Garbelotti. Recife: Editora UFPE, 2017.

TORRES, E. F. et al. *A acessibilidade à informação no espaço digital*. Ciência da Informação. Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91, 2002.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

ABNT: OLIVEIRA, Brisa Teixeira de; SILVA, Andreza Regina Lopes da. Audiodescrição: Acessibilidade para Cursos EaD. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, [S.l.], v. 18, n. 1, 2019. ISSN 1806-1362. doi:<http://dx.doi.org/10.17143/rbaad.v18i1.321>

AUTOR CORRESPONDENTE

Brisa Teixeira E-mail: contato@brisateixeira.com

Recebido:03/12/18 Aceito: 04/01/19 Publicado: 08/02/19